

# O governo da língua: implicações do conceito de gestão na política linguística<sup>1</sup>

Charlott Eloize LEVISKI<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup>Artigo resultante de pesquisa de doutorado em Linguística, linha de pesquisa em Políticas Linguísticas. Orientadora Dra. Cristine G. Severo.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), charlott18@hotmail.com, orcid.org/0000-0003-1986-9120.

**RESUMO** O presente artigo discute os efeitos dos pressupostos econômicos na concepção teórica da gestão linguística, saber produzido no campo de pesquisa da Política Linguística. Inicialmente, aciona-se um diálogo teórico entre política, economia e teologia para compreender as implicações do construto de gestão, um conceito que aparentemente advém da esfera econômica e se alastrou para as diversas esferas de atuação humana, principalmente a esfera política. Em seguida, procede-se com uma análise dos discursos que versam sobre a gestão da língua encontrados em construtos de planejamento linguístico, no âmbito dos estudos sociolinguísticos.

**ABSTRACT** This article discusses the effects of the economic assumption in the theoretical proposal of language management, a knowledge produced in the field of Language Policy. For doing this, the article presents a theoretical dialogue between politics, economics and theology to understand the implications of the management concept, that apparently comes from the economic sphere and has spread to the various spheres of human activity, especially the political sphere. Then, in the framework of Sociolinguistics studies, an analysis of the discourses about language management and language planning is offered.

**PALAVRAS-CHAVE** Língua. Gestão. Economia. Política.

**KEYWORDS** Language. Management. Economy. Policy.

## Introdução

Neste artigo, propõe-se uma discussão sobre economia, política e língua no intuito de compreender a proposta teórica da gestão linguística. Observa-se que a teorização sobre a administração das línguas vem se configurando em um determinado segmento de estudo inserido no campo da Política Linguística (CALVET, 2002, 2007; SPOLSKY, 2005, 2009, 2016; NEUSTUPNÝ; NEKVAPIL, 2003). Particularmente, a ideia de gestão linguística se ocupa em explicar a língua a partir de uma lógica econômica e mercadológica. Pautadas no conceito da economia política, tais abordagens teóricas sobre língua remetem a uma prática de governo em que a gestão das necessidades se tornou central (FOUCAULT, 2008, 2010). Porém, mais do que pertencente à esfera econômico-política, a ideia de gestão está intrinsecamente ligada ao conceito da teologia cristã da *oikonomia*.

A fim de estabelecer uma relação entre língua e economia, torna-se prudente dar um passo anterior, no sentido de situar as abordagens sobre economia e gestão, bem como compreender de que modo a administração se tornou uma pauta de governo. Deste modo, propõe-se a seguinte ordem: primeiramente, discorre-se sobre a implementação da economia política como lógica de governo na modernidade. Na sequência, é estabelecida uma reflexão sobre o conceito trinitário da *oikonomia* (AGAMBEN, 2011) dado que o dispositivo econômico-gerencial se tornou um paradigma do governo econômico (FOUCAULT, 2008, 2010). Conforme genealogia da economia e do governo proposta por Agamben (2011), é na esfera teológica da *oikonomia* que se encontram os dispositivos, que tem por objetivo gerir e governar os homens. Assim, a discussão assume um percurso entre os campos da teologia política e economia.

Tendo em mente a base teórica que sustenta o conceito de gestão, busca-se compreender seus efeitos na formulação do aporte teórico-

metodológico da gestão linguística. O enfoque é para as abordagens sobre planejamento linguístico que acionam construtos e analogias da esfera econômica. Para tanto, apresenta-se um mapeamento de conceitos de planejamento linguístico que dialogam com teorias econômicas, concomitantes ao surgimento da Política Linguística como campo de saber.

## **1. Governo econômico e o paradigma gerencial**

O entendimento atual de economia, alicerçado como uma ciência econômica, fundamenta a maioria das teorias aplicadas na gestão das pessoas e das coisas. A economia também se configura como objetivo central da política de governo. Com isso, torna-se cada vez mais difícil entender o que é da ordem do econômico e da política, uma vez que economia e política vem se fundindo cada vez mais, como exemplificado na categoria ‘economia política’. No entanto, o entendimento de economia na atualidade difere-se bastante do que significava para os gregos.

Considera-se importante retomar o pensamento político na Antiguidade clássica, visto que a divisão entre a esfera pública e a esfera privada era bem demarcada para os gregos. Em *A condição humana*, Hannah Arendt (2005 [1958]) estabelece as relações da vida pública e da vida privada, o que funciona como um vértice para deslindar o ponto em que a moral da casa (oiko) e a moral pública (política) passaram a se misturar na modernidade. Conforme Arendt explica, a esfera do privado contemplava a atividade do labor e do trabalho, desenvolvida no plano doméstico, sendo que as atividades econômicas necessárias à manutenção da vida e do sustento do indivíduo não eram levadas ao debate público. O chefe de sua família era o responsável em gerenciar a sua casa, e não o governo. Por sua

vez, a esfera pública correspondia à ação exercida diretamente entre os homens, um espaço de convivência entre os diferentes. Os assuntos políticos eram do campo da ação, cuja condição vital para o debate político era a pluralidade, “o único lugar em que os homens podiam mostrar quem realmente eram” (ARENDT, 2005 [1958]). Deste modo, a manutenção da vida ou as atividades econômicas eram pertinentes à esfera do privado, em oposição a forma de governo posta na atualidade que visa a manutenção da vida.

A investigação desenvolvida por Foucault (2010) pode auxiliar na compreensão de como operou a fusão entre a prática econômica e a prática de governo, mais especificamente, quando a vida se tornou objeto de governo. No governo econômico, a figura do pastor cede lugar às formas de governo estatais e uma Razão de Estado se concretiza via o biopoder, sendo que a lógica que prevalece é a administrativa/econômica (FOUCAULT, 2008, 2010).

A ideia de uma gestão geral do Estado significaria estabelecer a economia da ordem do privado para um nível macro. O modelo da economia passa a estar extremamente vinculado à arte de governar, sendo possível compreender o sentido moderno da palavra economia em que ela não mais se dissocia de governo (FOUCAULT, 2008, 2010).

A formulação teórica da economia política direcionou o governo em buscar o “princípio de verdade da sua própria prática governamental” (FOUCAULT, 2008, p. 45). Em sua genealogia sobre a arte de governar liberal, Foucault (2008, p. 30) identifica que esse tipo de racionalidade, encontrada nas formas de governabilidade moderna, funciona de acordo com o regime da “verdade econômica”. Nesta solução política que se opõe à razão do Estado, atrelado ao surgimento de uma economia política, o regime de verdade passa a ser regulado pelo mercado (FOUCAULT, 2008). Assim, o mercado é um dos pontos de ancoragem da razão governamental do liberalismo,

pois se configura em um mecanismo de averiguação das relações baseadas no valor/preço.

Outro ponto de ancoragem da razão governamental no liberalismo corresponde ao princípio de utilidade do poder público, visto que suas intervenções são medidas pela sua utilidade. O que se configura nessa razão governamental é um complexo jogo entre “interesses individuais e coletivos”, entre “utilidade social e o benefício econômico”, “entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público” (FOUCAULT, 2008, p. 61). O liberalismo foi se configurando numa “arte de governar que manipula fundamentalmente os interesses” (FOUCAULT, 2008, p. 90), em que a ideia de gestão se torna seu eixo central, pois opera na gestão desses interesses, bem como opera na organização dos mecanismos que propiciam a ‘segurança’ dos indivíduos ou do coletivo nesse jogo de interesses.

A ciência econômica teoriza sobre o regime de mercado e a confiança política é atribuída pela estabilidade da economia quando essa atinge um dado estado harmonioso determinado pelo mercado financeiro. Uma boa política passou a pautar-se na condição de estabilidade econômica. A figura do político é trocada pela do gestor, sendo que a confiança não é mais depositada no gestor, mas no mercado. Assim, as palavras que entram no jogo econômico-político, tais como depósito, confiança, esperança, devoção, vocação, e assim por diante, parecem exemplificar mais uma questão de fé do que de política (AGAMBEN, 2011).

A este respeito, Agamben (2011) põe em xeque a racionalidade da ciência econômica. O autor realiza uma genealogia da economia e descobre indícios de que o nascimento da economia política foi influenciado pelos conceitos da economia teológica. Agamben (2011) averigua que a partir da teologia cristã derivam dois paradigmas políticos: a teologia política e a teologia econômica. No primeiro, o

poder soberano é proveniente da teologia em analogia com a soberania do legislador, aos moldes de uma unicidade e transcendência de Deus. Isso pode ser evidenciado no ensaio *Teologia Política*, de Carl Schmitt, em que o paradigma da teologia política se encontra presente nas ideias de legislador onipotente e do papel do Soberano no estado de exceção (AGAMBEN, 2004).

Quanto ao segundo paradigma, que mais nos interessa nesta discussão, é possível relacionar os conceitos de economia às raízes da teologia cristã, sendo importante entender o papel trinitário no desenvolvimento da economia. Neste segundo paradigma, o poder soberano é substituído pela ideia de uma *oikonomia*, entendida por Agamben (2014, p. 37) como “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens”. É a partir deste conceito de *oikonomia* que Agamben discorre sobre o triunfo do aparato econômico na esfera pública, como a política e a vida social.

A economia ou gestão ordenada conforme o modelo familiar das coisas e dos indivíduos é característica principal do pastorado cristão. Conforme discutido nesta seção, Foucault (2008, 2010) identifica as técnicas governamentais no pastorado cristão, em que destacamos a característica de se referir tanto à totalidade do corpo governado como sua individualidade. Essa dupla articulação entre o poder totalizante e individualizante que encontramos no poder pastoral foi transferido à esfera de governo no Estado moderno. Deste modo, ambos pastorado cristão e governo político situam-se no interior do paradigma econômico. No entanto, conforme pontua Agamben (2011, p. 128), na definição econômica de pastorado, Foucault (2008, 2010) não leva em conta as implicações teológicas do termo *oikonomia* a fim de compreender a passagem do poder eclesiástico para o governo político.

De uma perspectiva teológica cristã, o que dominava desde o início era o paradigma do governo, da economia da vida divina, visto que a teologia cristã não se ocupa em fazer um relato sobre os deuses, mas se trata de um relato da economia e providência de Deus, uma atividade de “autorrevelação, governo e cuidado do mundo” (AGAMBEN, 2011, p. 61). Diferentemente de uma narrativa mitológica, na teologia cristã a divindade está combinada em uma trindade em que são articulados, concomitantemente, a administração da vida divina e o governo das criaturas (AGAMBEN, 2011). Desse modo, a divisão entre teoria e prática precisa ser compreendida de um ponto de vista teológico.

Agamben (2014) explica que a cisão entre a religião natural e a religião positiva é o que sustenta a cisão da ordem do Ser e da prática, assim, ele situa que a separação entre prática e teoria é um acontecimento da religião positiva, cuja herança para a cultura ocidental é de que a ação não tem fundamento no Ser. Contrariamente à tradição filosófica em que Aristóteles propôs uma filosofia com base na doutrina do Ser ou da ontologia, a filosofia teológica teve como legado a filosofia platônica que dá primazia ao *ethos*, ou ao elemento pragmático-político (AGAMBEN, 2011).

A doutrina teológica da trindade reforça a cisão entre teoria e prática quando é estabelecida a divisão entre as figuras divinas do Pai, do Filho e do Espírito. Ao Deus Pai foi outorgada a ordem do Ser supremo, do universal, da ciência, da metafísica, da teoria; por sua vez, o Filho ficou responsável pela *oikonomia*, pela parte mundana, da administração e do governo do homem, sendo que a prática foi entregue aos homens. Observamos que *oikonomia* e providência divina estão estreitamente ligadas, em que a atividade de governo é pensada a partir da divisão econômica e coordenada entre ontologia e práxis.

A racionalidade governamental moderna reproduz exatamente a dupla estrutura da providência. Cada ato de governo tende a um objetivo primário, mas, justamente por isso, pode implicar efeitos colaterais, previstos ou imprevistos nos detalhes, mas de todo modo óbvios. O cálculo dos efeitos colaterais, que até podem ser consideráveis (no caso de uma guerra, implicam a morte de seres humanos e a destruição de cidades), é, nesse sentido, parte integrante da lógica do governo. (AGAMBEN, 2011, p. 135).

O paradigma teológico-econômico e a fratura entre ontologia e práxis propiciada pelo conceito de *oikonomia* assumem uma forma de governo do mundo que funciona como uma máquina de governo. Neste sentido, “governar significa deixar que se produzam os efeitos concomitantes particulares de uma ‘economia’ geral que seria em si mesma totalmente ineficaz, mas sem a qual nenhum governo seria possível.” (AGAMBEN, 2011, p. 159). Na compreensão de Agamben (2014), é na esfera semântica teológica da *oikonomia* que se encontram os dispositivos, ou seja, os dispositivos são relegados à ordem mundana. A *oikonomia* tornou-se “o dispositivo mediante o qual o dogma trinitário e a ideia de um governo divino providencial do mundo foram introduzidos na fé cristã” (AGAMBEN, 2014, p. 35). A cisão entre ser e prática, que foi introduzida pela *oikonomia*, reproduz, de algum modo, o evento que produziu o humano, em que o vivente foi separado de si mesmo e da relação imediata que tinha com o mundo.

Essa reflexão sobre dispositivo (AGAMBEN, 2014) foi posta numa tentativa de compreender que o triunfo da economia na atualidade está vinculado ao paradigma teológico-gerencial da *oikonomia*, visto que o conceito moderno de governo tem origem na *oikonomia* trinitária. Conforme Agamben (2011, p. 159) defende, a “vocação econômico-governamental das democracias contemporâneas não é

um acidente de percurso, mas parte integrante da herança teológica”. A este respeito, em sua genealogia sobre economia e governo, Agamben (2011) verifica que o termo *oikonomia* desapareceu durante a Idade Média da linguagem teológica do Ocidente, no entanto os termos *dispositio* e *dispensatio*, traduções latinas do vocábulo grego *oikonomia*, continuaram a ser utilizados para designar de modo genérico a atividade de governo do mundo.

O termo latinizado *oeconomia* com o “significado de atividade de gestão de governo das pessoas” (AGAMBEN, 2011, p. 301) entrou em circulação nos escritos de filósofos e economistas no século XVIII, sem ficar estabelecida sua conexão com a economia clássica ou com o sentido teológico de *oikonomia*. Esse singular embaraço e silenciamento dos teólogos a respeito do termo *oikonomia*, conforme Agamben (2011, p. 14), deve-se a “origem vergonhosa” do dogma trinitário, posto que a formulação fundamental da fé cristã se baseia no conceito da trindade, conceito que se apresenta no formato de um dispositivo econômico.

Os discursos que contribuíram para o nascimento da economia moderna tiveram uma estreita formação teológica, conforme genealogia do paradigma econômico providencial de Agamben (2011). É o que pode ser evidenciado na publicação de três tratados datados do século XVIII. Em *Ensaio acadêmico de economia da natureza*, de 1749, Lineu discorre sobre a economia *naturae*, sintagma derivado da tradição econômico-providencial, cujo significado remete à providencial “*dispositio* que o Criador imprimiu em sua criação e por intermédio da qual Ele governa e a conduz para seus fins” (AGAMBEN, 2011, p. 302).

Por sua vez, em 1762, Le Trosne, em *Da ordem social*, defende a ideia teológica de que existe uma ordem natural impressa nas coisas, cujo sintagma ‘governo da ordem’ é extraído dos Salmos a fim de justificar o argumento da providência instituída por Deus. Ou seja,

a partir de uma ordem natural e imutável instituída divinamente, a ciência econômica corresponde a aplicação e transposição dessa ordem natural para o governo dos homens (AGAMBEN, 2011).

Ainda, o teórico da administração e da economia, Adam Smith, em *Teoria dos sentimentos morais*, datado de 1759, vincula explicitamente o paradigma providencial à sua concepção de governo ao propor que a relação entre causas finais e causas secundárias bem como fins e meios são estabelecidos pelo “Autor da natureza”. Em *A riqueza das nações*, considerada a obra fundadora da ciência econômica, publicada em 1776, podem-se encontrar uma série de apontamentos que modificaram as políticas econômicas, visto que Adam Smith foi um dos primeiros teóricos a tratar uma nova ciência, a economia política. A produção de um novo saber sobre a ciência econômica teve um grande impacto na forma de gerir a economia na modernidade, especialmente na Inglaterra do século XIX em que *A riqueza das nações* “criou escola, ofereceu um método para a nova ciência e teve seu séquito de críticos” (BEHAR; LIMA, 2017, p. 17).

Na investigação sobre a natureza das trocas financeiras e comerciais responsáveis pelo enriquecimento do cidadão e do Estado, da mesma maneira que outros teóricos da economia, Adam Smith também recorre ao discurso de origem teológica para explicar o funcionamento da economia política. Em sua célebre metáfora da mão invisível, essa serve como guia ou uma espécie de força autorreguladora inerente ao sistema moderno capitalista:

Como todo indivíduo procura, tanto quanto pode, tanto empregar seu capital em apoiar a indústria doméstica, e assim dirigir aquela indústria para que sua produção seja do máximo valor, todo indivíduo necessariamente trabalha para tornar o rendimento anual da sociedade o maior que puder. De fato, em geral, ele nem pretende promover o interesse público nem sabe quanto o está promovendo. Preferindo apoiar a

indústria doméstica, e não a estrangeira, ele procura apenas a sua segurança; e dirigindo aquela indústria de tal maneira que sua produção seja do maior valor, procura apenas seu próprio ganho, e nisto, como em muitos outros casos, é só levado por uma mão invisível a promover um fim que não era parte de sua intenção. (SMITH, 2017, p. 280).

A potência reguladora da economia foi crucial para a formação da civilização ocidental moderna. A economia política, antes impensável na antiguidade clássica (ARENDDT, 2005 [1958]), tornou-se passível de teorização constituindo-se em ciência: a denominada “economia política”. Mais do que um campo do saber, tratou-se de um “tipo de intervenção característica do governo” que marcou a passagem de uma arte de governar a uma ciência política (FOUCAULT, 2008, p. 141).

A característica da racionalidade que rege o governo econômico elevou a economia à categoria de ciência, cujo principal objeto tornou-se a população. A constituição de um saber de governo em torno do corpo múltiplo da população demarcou o surgimento de uma área denominada de “economia política”. Dentre todos os elementos de riqueza até então existentes, a população, portanto, emergiu como um novo sujeito que também poderia ser administrado (FOUCAULT, 2008). Com o advento da biopolítica, a produção e o trabalho adquirem centralidade. Aliás, a lógica econômica/administrativa assume o controle da área teórico-prática no Ocidente, com enfoque especial para a produtividade (BAZZICAPULO, 2013).

Tudo parece se resumir em função do trabalho, inclusive o humano é cooptado pelo dispositivo econômico governamental e passa a se tornar ‘capital’ humano. Enquanto a lógica política segue num processo de secularização, a gestão econômica produz ‘verdades’ (BAZZICAPULO, 2013) que são formalizadas em técnicas e relações de poder advindas da prática cotidiana dos governados

(colaboradores) e dos governantes (gestores). Desse modo, a economia não se constitui em uma episteme, ou uma ciência propriamente dita, nem estaria vinculada a um sistema de regras, antes, entraria num paradigma gerencial teológico que implica a tomada de decisões dadas as circunstâncias e/ou problemas específicos (AGAMBEN, 2011).

Após discussão proposta nesta seção, verificamos a complexidade envolta no entendimento de economia: trata-se de um dispositivo governamental (AGAMBEN, 2011), cujo conceito moderno de governo econômico está implicado com a teologia cristã, haja vista suas origens na *oikonomia* trinitária, divergente do sentido clássico de política e economia (ARENDDT, 2005 [1958]).

Como observa Agamben (2011), o modelo da *oikonomia* parece se alastrar para todas as esferas de atuação humana, sendo que o conceito de gestão também é observado numa dada área da política linguística que teoriza sobre as línguas. A seguir, situamos o leitor quanto à emergência do campo do saber da política linguística para refletir de que modo a ideia de gestão implica a própria linguística. Levamos o seguinte questionamento: o que significa submeter as línguas ao enfoque da gestão?

## 2. Planejamento e gestão da língua

Os modelos de planejamento econômico tiveram influência em algumas teorias da linguagem. As discussões em torno do planejamento linguístico foram se configurando após a Segunda Guerra Mundial, quando muitas sociedades lidavam com o desafio da reconstrução pós-guerra e da grande depressão (SPOLSKY, 2012). A organização político-social do Estado de bem-estar social, uma forma de governo centrada na administração pública da economia, foi uma estratégia para impulsionar uma nova do capitalismo.

Também denominado de Estado Providência, configurou-se em principal modelo adotado nos países ocidentais a partir segunda metade do século XX, até a década de 1970. A convicção “socialmente orientada” dos governos após a Segunda Guerra foi instituída por um clima de solidariedade supranacional propiciado pelo novo quadro geopolítico, que dividia o mundo em duas propostas de organização econômica: o socialismo e o capitalismo (FIORI, 1997).

Em termos gerais, esse modelo político-econômico de Estado Providência está voltado para promoção de políticas sociais (garantia dos direitos básicos da população), vinculadas ao desenvolvimento do mercado (FIORI, 1997). Deste modo, a economia passa a ter intervenção estatal, em oposição ao pressuposto do liberalismo clássico, retomando Adam Smith, para quem o mercado era regulado por uma mão invisível.

O papel atuante do Estado na intervenção econômica foi inspirado na estratégia de política macroeconômica do economista inglês John Maynard Keynes. Preocupado com o problema do desemprego e do colapso da grande depressão econômica de 1929, as políticas econômicas intervencionistas aplicadas pelo presidente estadunidense Roosevelt foram teorizadas e racionalizadas por Keynes. Em *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, livro publicado em 1936, o economista fundou uma concepção teórica criadora de um novo estágio para o capitalismo, que se tornou referência nos estudos do campo da Administração e da Economia.

O keynesianismo defende que o problema do capitalismo é a mobilização de recursos, por isso propõe uma política macroeconômica que visa administrar a demanda agregada no intuito de assegurar a sustentação do pleno emprego. De maneira resumida, por essa perspectiva, o Estado deve garantir permanentemente a oferta de bens públicos em setores como segurança, educação e saúde, ao mesmo tempo, deve regularizar a demanda agregada e promover a

confiança no mercado financeiro, principalmente via políticas fiscais (CARVALHO, 2008).

A reconfiguração dos governos baseados em modelos econômicos influenciou o campo de saber linguístico, principalmente a partir da década de 1950. No começo dos anos 1960, pesquisadores ocidentais na área da linguística foram acionados pelas recém-formadas nações, que foram colônias europeias, para atuarem no desenvolvimento de gramáticas, sistemas de escrita, criação de dicionários e questões relativas a standardização das línguas (JOHNSON; RICENTO, 2013).

No embalo dos economistas que pretendiam reformular o mundo por meio de teorias econômicas, alguns linguistas concordavam que o planejamento linguístico regulado por uma série de regras quanto ao uso da língua poderia promover uma política linguística (SPOLSKY, 2012).

Os eixos “Política Linguística” e “Planejamento Linguístico” são considerados interligados por alguns autores na constituição da política linguística como disciplina (SEVERO, 2013). O surgimento desses eixos se deu na segunda metade do século XX, sendo que, no início, a política linguística dizia respeito a tomada de decisões, de caráter estatal-legislativo, referente as línguas e a sociedade. Por sua vez, diversos sentidos são atribuídos para a noção de planejamento linguístico, cujo foco é a implementação das decisões sobre a língua por meio de determinadas estratégias políticas (CALVET, 2007).

As primeiras abordagens sobre planejamento linguístico enfocam para a intervenção na língua, sendo que o ponto de partida consiste no diagnóstico de um problema, seguido da busca de soluções possíveis. O primeiro conceito de planejamento linguístico publicado na esfera acadêmica se deu 1961, por Einar Haugen, no texto intitulado *Language Planning in modern Norway*:

By language planning I understand the activity of preparing a normative orthography, grammar, and dictionary for the guidance of writers and speakers in a non-homogeneous speech community. In this practical application of linguistic knowledge we are proceeding beyond descriptive linguistics into an area where judgment must be exercised in the form of choices among available linguistic form. Planning implies an attempt to guide the development of a language in a direction desired by the planners. It means not only predicting the future on the basis of available knowledge concerning the past, but a deliberate effort to influence it. (HAUGEN, 1961, p. 68).

No texto acima, Haugen discute a situação linguística na Noruega após intervenção estatal na norma escrita do norueguês. O conceito de planejamento linguístico é posto a reboque da implementação normativa da língua via estratégias que dizem respeito ao uso de códigos linguísticos como a criação de ortografias, gramáticas e dicionários. De uma perspectiva econômica e estatal, o planejamento para Haugen envolve o diagnóstico de um problema, a busca de possíveis soluções, a tomada de decisões e a aplicação de uma solução.

Há de se levar em consideração que nessa época, o planejamento linguístico se limitava a proposição de soluções a respeito de padronização das línguas, sendo que ocorria de forma mecânica a exportação de modelos da área econômica para se pensar em técnicas de ensino de línguas, por exemplo nos construtos de “língua como mercadoria, suprimento e demanda pela língua, análise do custo-benefício e alocação eficiente de recursos linguísticos” (KAPLAN; BALDAUF, 1997, p. 153). Atrelados a essa esfera econômica, o planejamento linguístico também se baseava no estruturalismo linguístico, como o modelo de ensino áudio-lingual, aprimorado durante a Segunda Guerra (KAPLAN; BALDAUF, 1997).

O entendimento de planejamento linguístico passou a entrar na ordem do discurso, principalmente, após a publicação de Haugen. O aparecimento da Política Linguística como campo científico disciplinar (SEVERO, 2013) foi concomitante à Sociolinguística, marcado pelo evento organizado por William Bright em 1964, na Universidade da Califórnia. Dentre diversos pesquisadores como Ferguson, Hymes, Labov, Gumperz, também esteve presente Haugen. As conferências do evento foram publicadas em 1966. Na conferência *Linguistics and language planning*, Einar Haugen (1985 [1966]) explicita sua compreensão de planejamento linguístico:

Normative or prescriptive linguistics may be regarded as a kind of management or manipulation of language, which presupposes what I shall here call 'language planning' (hereafter written LP). PLANNING is a human activity that arises from the need to find a solution to a problem. [...] If planning is well done, it will include such steps as extensive fact-finding, the consideration of alternative plans of action, the making of decisions, and the implementation of these in specified ways. 2.2. This suggested model is applicable to LP also. LP is called for wherever there are language problems. (HAUGEN, 1985 [1966], p. 51-52).

Destaca-se no discurso acima a analogia entre *management* e normatização linguística, ou seja, a esfera econômica é acionada para explicar os pressupostos do planejamento linguístico. O entendimento de planejamento está embasado em conceitos da economia e da administração, bem como em modelos de gestão adotados em corporações empresariais, o que também se configurou em estratégia do governo econômico, conforme exposto na seção anterior. Ademais, a noção de 'problema' emerge no campo da política linguística, dado que o planejamento linguístico é apresentado como um modelo esquemático e racional na implementação de

soluções linguísticas e políticas. Neste contexto, o trabalho de consultoria técnica dos linguistas seria de grande valia no sucesso do planejamento linguístico.

Ainda conforme sugere Haugen (1985 [1966], p. 66), os linguistas estariam habilitados para atuarem em quatro facetas: “historian, descriptivist, theoretician and Teacher” (o historiador, o descritivista, o teórico e o professor). Deste modo, para a solução de problemas seriam mobilizados os estudos voltados para a história da língua, o trabalho de descrição linguística, o suporte teórico no que se refere a técnicas de análise das línguas e, por fim, o ensino e uso das línguas (HAUGEN, 1985 [1966], p. 66).

A urgente ‘necessidade’ de planejamento linguístico para as nações africanas foi enfatizada na Conferência de Lerhulme, na Universidade de Ibadan, Nigéria, em 1963 (SPENCER, 1963), pouco antes do evento na Universidade da Califórnia que marcaria o nascimento da Política Linguística como campo disciplinar. Assim, as pesquisas estadunidenses na área da sociolinguística passaram a se ocupar em resolver ‘problemas’ linguísticos principalmente com a formação dos estados nacionais em África, nos anos 1960 e 1970, período em que o processo de independência das ex-colônias africanas estava em franca ascensão (MAKONI *et al.*, 2012).

Alguns dos problemas linguísticos dos países recém descolonizadas em África e Ásia são tratados em *Language Problems of Developing Nations* (1968). A título de exemplificação citamos dois capítulos escritos por Fishman (1968). Em *Some Contrasts Between Linguistically Homogeneous and Linguistically Heterogeneous Polities*, nota-se uma correlação entre teorias de crescimento econômico e a sociolinguística na abordagem sobre heterogeneidade e homogeneidade linguística. O emprego dessas terminologias para se referir a comunidades com muitas línguas ou poucas línguas traz à baila o processo de modernização das grandes nações após a segunda guerra mundial, atreladas ao uso eficiente da língua, apreendida como um

recurso nacional para eliminar o problema da ‘heterogeneidade’ na comunicação e nos padrões de escrita.

Por sua vez, no artigo *Nationality-nationalism and nation-  
nationism*, Fishman (1968) aborda o processo de integração nacional das novas nações na África e na Ásia, tratadas como exemplos de situações de diglossia. Assim, a relação entre língua e nacionalismo configura-se em tópico central para as nações em desenvolvimento, visto que se objetiva a integração nacional, Fishman (1968) propõe o termo “nationism” para se referir ao processo de integração político-geográfica dessas jovens nações. O planejamento linguístico está na chave da resolução de problemas e funciona como aplicação de uma política linguística.

[...] among those for whom nationalism is stochastically paramount other kinds of language problems come to the fore the geographic boundaries are far in advance of sociocultural unity. Thus problems of horizontal integration, such as quick language choices and widespread literacy language use, become crucial to the nation’s functional existence per se. Language policy based on nationism, however, has direct implications for nationalism (i.e. for sociocultural unity) in the new nation. The language(s) selected may foster or long delay isomorphism (or catching up) between nationism and nationalism; it may strengthen or weaken the potential for sociocultural unity of the several populations within common politico-geographic boundaries, and so on. (FISHMAN, 1968, p. 43).

Conforme o trecho citado, uma política linguística instituída no “nationism”, ou na integração horizontal, tem implicações diretas para o nacionalismo, pois pode enfraquecer ou reforçar o potencial da unidade sociocultural de populações que têm fronteiras político-geográficas em comum. Desse modo, o planejamento envolve a rápida

escolha de uma língua de integração. Por este ângulo, evidencia-se o discurso da eficiência linguística, dado que língua é posta como um instrumento para a implementação de uma política eficiente.

O entendimento de que o planejamento está alicerçado na resolução de problemas também aparece na perspectiva de Jernudd<sup>1</sup>. No capítulo, *Notes on economic analysis for solving language problems*, publicado no livro *Can Language be Planned?*, Jernudd estabelece uma relação entre economia e sociolinguística, quando sugere que análises econômicas podem auxiliar na busca de soluções para problemas linguísticos. Para tanto, seleciona o modelo custo-benefício para guiar o processo de tomada de decisões no campo da linguagem.

Conforme ele apresenta, o processo analítico na tomada de decisões engloba as seguintes etapas: reconhecimento de um problema, especificação e objetivos e alternativas possíveis, escolha em modelo para aplicação, cálculo das consequências para as alternativas elencadas, valoração do custo-benefício, decisão da medida a ser adotada para solução do problema (JERNUDD, 2018 [1971], p. 265). O autor postula que as teorias macroeconômicas poderiam embasar as hipóteses teóricas na sociolinguística: “Macroeconomic generalizations about modernization can fruitfully be used as a source of hypotheses for sociolinguistic theory.” (JERNUDD, 2018 [1971], p. 273).

A orientação teórica do economista Simon Kuznets (1966) embasa o argumento de Jernudd (2018 [1971]) acerca da possibilidade em deduzir algumas relações hipotéticas na área da linguagem usando-se as generalizações macroeconômicas, encontradas em estudos econométricos. A título de exemplificação, primeiro trazemos uma generalização econômica de Kuznets (1966), seguida da discussão proposta por Jernudd (2018 [1971]) em seu texto:

---

<sup>1</sup> O autor explica que o artigo (publicado em 1971) é resultado de sua participação no projeto sobre problemas linguísticos das nações em desenvolvimento, financiado pela Ford Foundation no final da década de 1960.

Quality increase rather than quantity increase will successively account for a greater share of the rise in per capita product, by greater effectivity of production brought about by increases in useful knowledge and better institutional arrangements (KUZNETS, 1966, p. 491).

There will be demands on language as an instrument in bringing about such quality increase, in training, communications, etc. It is likely that a per capita expansion of knowledge of speech variation is necessary. (JERNUDD, 2018 [1971], p.274).

A analogia com a teoria econômica fica evidente no uso da terminologia específica: quantitativo, qualitativo, expansão per capita, e assim em diante. Em termos gerais, a língua é posta como um instrumento que se usada apropriadamente pode produzir impactos de crescimento qualitativo.

As concepções econômicas tornam-se cada vez mais interligadas ao entendimento de planejamento linguístico na década de 1970. Na percepção de Jernudd e Das Gupta (2018, [1971]), o modelo econômico é o que assenta o entendimento de planejamento:

In this paper, planning is considered at the level of national society. Here planning can be understood with reference to national planning for the whole economy, education, population, or any other specified social sector or combination of sectors. The popularity of “economic” planning has been such that many other social sectors are being increasingly brought within the scope of planned direction.

[...] We could also employ measures of cultural activity, which might be used together with “traditional” measures of success of economizing or planning. Language is in this respect also a resource and can be taken into account in planning.

[...] Language planning can proceed by identifying the concrete areas of society that demand planned action regarding language resources. (JERNUDD; DAS GUPTA, 2018, [1971], p. 195-196).

Nesta perspectiva, a língua é tomada como um recurso que pode servir para o desenvolvimento de diversos setores de uma dada comunidade. Por sua vez, o planejamento se configura em uma atividade política e administrativa que busca a solução de problemas linguísticos, sendo que a tomada de decisões de implementação se dá em uma relação top-down ou governamental. Verificamos assim, que os objetivos em torno do planejamento das línguas, na década de 1960 a 1970, basicamente visavam a unificação, a modernização, a eficiência e a democratização.

O refinamento dos construtos voltados para o planejamento linguístico em correspondência às teorias econômicas tem produzido um saber específico na política linguística, denominado *language management theory*, desenvolvido por Neustupný e Jernudd (NEKVAPIL, 2012). O conceito de *language management*, apresentado pela primeira vez em uma conferência no Canadá em 1986, tem por objetivo postular a diferença entre dois processos do uso da língua: a produção de discursos; e a gestão ou administração de discursos (JERNUDD; NEKVAPIL, 2012). Nessa perspectiva, a palavra *management* se refere a uma enorme gama de ações que podem ser empregadas para lidar com ‘problemas linguísticos’, sendo que a administração/gestão dos problemas linguísticos opera no nível individual (*simple management*) e no nível macro (*organized management*) (NEUSTUPNÝ; NEKVAPIL, 2003).

O *simple management* refere-se ao modelo como o falante organiza sua ‘competência linguística’ conforme um dado modelo sociolinguístico. Assim, uma intervenção no nível individual poderia ser exemplificada quando um dado falante se depara com um dado ‘problema’ para soletrar uma dada palavra (NEUSTUPNÝ; NEKVAPIL, 2003). Neste caso, ele precisa recorrer a uma forma de intervenção que o auxilie a entrar no sistema linguístico estabelecido.

Por sua vez, o *organized management* ocorre em níveis que envolvem mais falantes como uma família, uma organização social, a mídia, instituições educacionais, governos, organizações internacionais, corporações econômicas, e assim em diante (NEUSTUPNÝ; NEKVAPIL, 2003). O processo da gestão segue uma série de etapas, tanto no nível *simple* quanto no nível *organized*, em que se estabelece uma hierarquia entre gestão socioeconômica, gestão comunicativa e gestão linguística, nesta ordem (NEUSTUPNÝ; NEKVAPIL, 2003). Ainda, uma das características dessa proposta teórica é administrar os ‘interesses’ (NEUSTUPNÝ; NEKVAPIL, 2003) de uma dada comunidade para se propor a melhor solução para o problema linguístico diagnosticado no início do processo.

As duas formas de gestão da língua, tanto a simples como a elaborada, estão interligadas. Segundo os autores, as inadequações ou problemas linguísticos geralmente são percebidos durante situações específicas de interação, ou seja, as medidas mais elaboradas de gestão surgem de eventos ou situações particulares.

One such connection is that organized management may be founded on instances of simple management, in other words, its agents solve problems that have been brought to their notice as originating as inadequacies that were noted and evaluated by speakers in specific interactions; and after consultations and with the help of adequate measures, it recommends solutions that remove the speakers’ problems or suits their needs in the cases of gratification. (JERNUDD; NEKVAPIL, 2012, p. 34-35).

A teoria da gestão linguística (Language Management Theory) versa um modelo conceitual implicado na ‘solução de problemas’ relativos aos usos da língua. Embora os sujeitos do planejamento sejam os próprios indivíduos, os usos da língua precisam ser administrados. Nesta perspectiva, é imprescindível um agente no processo de gestão,

o que promove uma escala hierárquica no processo administrativo. Semelhante ao papel do gerente nas corporações empresariais, o agente é posto como um consultor cuja habilidade é acionada para diagnosticar as inadequações e recomendar as devidas soluções dos problemas no âmbito da linguagem. Assim, essa proposta de planejamento linguístico enfatiza o trabalho técnico da gerência, que acaba assumindo uma função reguladora na eficácia de uma dada prática comunicativa.

A abordagem teórica em discussão aciona formas típicas de gerenciamento dos sistemas de produção em voga na década de 1950 a 1970. No paradigma taylorista, a gerência é sinônimo de garantia da eficiência por meio da criação de regras e métodos da execução do trabalho. Conforme proposta da gerência científica, postulada por Taylor (1990), o cálculo e o planejamento do saber produzido pelo trabalhador, ou seja, a expropriação do saber, seriam a garantia de um maior controle no processo de trabalho. Vemos aqui a separação entre planejamento e execução: o trabalho técnico e de raciocínio é atribuído à gerência, enquanto os trabalhadores são meros operadores de tarefas simplificadas. A ênfase é dada para uma hierarquia gerencial, tanto na elaboração das tarefas quanto na supervisão (TAYLOR, 1990).

O crescimento econômico e a produtividade da maioria das nações propiciado pelo taylorismo entrou em declínio nos meados da década de 1970, momento em que o capitalismo de bem-estar social promovido pela maioria dos Estados ocidentais sofreu com as alterações do súbito aumento do petróleo, entre 1973 e 1979, além das oscilações nas taxas de câmbio devido à valorização do dólar estadunidense. O baixo crescimento econômico e a queda do consumo de bens fizeram com as empresas revissem seus métodos de gestão (ARAÚJO; RENTES, 2006).

Entra em cena um padrão de produção japonês, desenvolvido pelo engenheiro industrial Talichi Ohno, da Toyota Motor Company, na década de 1950. Após ser derrotado na Segunda Guerra Mundial, o Japão precisava se reerguer e reconstruir a economia, sendo que a técnica gerencial conhecida como Toyotismo auxiliou no processo de crescimento econômico (WATANABE, 1993). O método de produção do toyotismo tem como premissa o 'just in time' e a técnica do 'Kanban'. A produção é feita de acordo com a demanda, sendo empregadas a quantidade e o tempo de trabalho estritamente necessários. Para evitar o desperdício, não há estocagem de produtos (SAYER, 1986; CURRY, 1993).

O modelo japonês também tem por objetivo reduzir falhas, uma vez que os trabalhadores passam por todas as linhas de produção. Atribuindo-se uma gama diversidade de tarefas para cada trabalhador, esse se torna responsável pelo gerenciamento de seu próprio conhecimento (PINTO, 2012). Deste modo, o princípio de tal sistema combina a habilidade individual e o trabalho em equipe, em uma forma de gestão participativa e mais flexível. Entretanto, o gerenciamento da força de trabalho garante a intensificação das formas de exploração e precarização do trabalho, resultando na desverticalização e na terceirização (WATANABE, 1993; SAYER, 1986; CURRY, 1993).

A reestruturação produtiva e a sistematização das práticas toyotistas em escala mundial se deram a partir da década de 1980. O modelo toyotista de gerenciamento do trabalho não ficou restrito apenas à esfera econômica, mas também serviu de base para propostas de gerenciamento na esfera política, cultural, científica, entre outras. Conforme apresentado neste artigo, podemos correlacionar o entendimento de planejamento linguístico ao sistema de produção taylorista que partem da perspectiva de resolução de problemas. A ancoragem em teorias gerenciais da esfera administrativa e

econômica também atuam na formulação do papel do gestor dentro do planejamento linguístico, ora conduzido por um especialista da língua, ora pelo próprio falante, ora por ambos.

Ainda, trazemos à baila uma concepção de política linguística, proposta por Spolsky (2016, 2009, 2005), baseada no conceito de gestão, em que estão envolvidas práticas, crenças e valores. Nesse pressuposto teórico, as práticas linguísticas referem-se às variedades de línguas escolhidas pelas pessoas, enquanto as crenças correspondem aos valores atribuídos pelos falantes às variedades linguísticas. Por sua vez, a gestão linguística é o esforço realizado por alguém ou algum grupo que possui autoridade sobre dados falantes a fim de modificar suas práticas e crenças (SPOLSKY, 2009, 2016).

O objetivo dessa teoria consiste em explicar as escolhas dos falantes a partir das regras estabelecidas por uma dada comunidade linguística, sendo que o controle dos usos só pode ser mantido por meio de esforços conscientes de gestores, ou “language managers” (SPOLSKY, 2009, p. 5). O problema do controle também é paradigma gerencial das técnicas do toyotismo e do taylorismo, conforme apresentado. A concepção de gestão linguística, como sugere Spolsky (2005), implica uma forma de intervenção oficial na língua por meio de uma instituição do governo, de um Estado-nação, ou de grupos com uma dada influência, por exemplo a Igreja Católica ao regular o latim como língua de prestígio. Nessa chave interpretativa, a regulação se concretizaria por meio de leis, constituições, decretos e assim por diante.

No entanto, Spolsky (2005) argumenta que a gestão linguística se refere à formulação e proclamação de uma política explícita sobre o uso da língua que, geralmente, mas não necessariamente, encontra-se escrita em um documento formal. No caso em que não há uma regulação por escrito, os membros de uma dada comunidade de fala compartilham de crenças a respeito dos usos apropriados da língua, o

que Spolsky (2005, p. 2153) denomina de uma “ideologia consensual” sobre os aspectos de prestígio e variedades linguísticas.

O que se destaca nesse modelo teórico é a preferência pelo uso de “gestão” ao invés de “planejamento”, como o próprio autor deixa entrever em entrevista para a revista brasileira *Revel*, edição especial de políticas linguísticas: [...] “Eu prefiro ‘gestão’ por ser mais contemporâneo do que ‘planejamento’ que tantas nações adotaram nos dias otimistas após a Segunda Guerra Mundial” (SPOLSKY, 2016, p. 35). A partir do discurso de Spolsky (2016), evidenciamos a tendência da governança discursiva (DAHLET, 2014), em que a língua é usada para consentir os rumos neoliberais das relações sociais e políticas.

A estratégia discursiva da globalização neoliberal recorre a procedimentos linguísticos que operam em mudar o campo semântico das palavras. É o caso de “governança” advindo de “corporate governance” que vem substituindo o uso de “governo”, ou o emprego das palavras “coach e manager” ao invés de chefe ou executivo, em que se opera no apagamento da “noção de controle” e de hierarquia em “benefício da função de coordenação e animação” (DAHLET, 2014, p. 129). A mudança no campo semântico da teoria proposta por Spolsky entra no jogo do globodiscurso empregado na área da administração e da economia em defesa de um mercado mundo, que, por sua vez, oferece como garantia uma suposta ‘prosperidade geral’ conforme as desigualdades são ‘apagadas’ pela livre-circulação de bens, ideia defendida pela política neoliberal (DAHLET, 2014).

No desenvolvimento de planejamento linguístico, o conceito de “gestão” das “situações linguísticas” também aparece em Calvet (2002, 2007), sendo que o autor articula dois tipos de gestão: *in vivo e in vitro*. O primeiro diz respeito ao modo como as pessoas “resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente”, ou seja, resulta de prática comunitária sem

intervenção jurídica (CALVET, 2007, p. 69). Por sua vez, a gestão *in vitro* é posta em funcionamento por linguistas que analisam os usos da língua em seus laboratórios, por meio de descrições podem levantar hipóteses sobre o futuro das línguas e propor soluções para ‘problemas’ linguísticos (CALVET, 2007, p. 70).

Calvet (2007) também conceitua que as políticas linguísticas são intervenções sobre a língua e que, na maior parte, a instância do poder público é quem toma as decisões a respeito da gestão das línguas. Para ele, o planejamento linguístico só existe através do suporte jurídico, ou seja, a lei é o principal instrumento de intervenção na forma, no uso e na defesa das línguas (CALVET, 2007). Nessa perspectiva de política linguística, o linguista tem o papel de indicar o que “é tecnicamente possível fazer e o que será psicologicamente aceitável pelos falantes” (CALVET, 2007, p. 86). Assim, o linguista assume a função de especialista da língua, o que o capacitaria em coordenar a planificação do *status* e do *corpus* da língua, num papel de mediador entre o Estado e a população.

O termo “gestão linguística” vem da tradução do inglês, “language management”. A palavra *management* corresponde à tradução grega *oikonomia*, discutida na seção anterior. Conforme sugere o dicionário de grego-inglês da Lexicon, disponível na plataforma Perseus Digital Library, a tradução do termo grego *oikonomia* para o inglês aparece como “management” e seu significado é “the management of a household or family” (LIDDEL; SCOTT, 1889). Numa busca mais pormenorizada, o adjetivo *oikonomicos*, derivado de *oikonomia*, é utilizado por Aristóteles para designar a “domestic economy” (LIDDEL; SCOTT, 1889), ou simplesmente economia, dado que a economia era entendida por Aristóteles como a administração doméstica, um assunto a ser tratado na esfera privada, e não era um aspecto de interesse de Governo.

Conforme a discussão traçada até aqui não podemos deixar de correlacionar o uso de “language management” no âmbito das políticas linguísticas ao construto de *oikonomia* encontrado na teologia econômica (AGAMBEN, 2011) e, do mesmo modo, com a perspectiva da economia política abordada por Foucault (2008, 2010). O governo da língua segue a lógica do dispositivo econômico governamental. Nesta chave que visa a administração/gestão da língua, podemos relativizar a emergência de um dado problema no âmbito das políticas linguísticas, em que se faz presente a atuação do linguista no papel de especialista.

Afinal, qual o entendimento de língua por esse molde econômico-político? A política linguística enquanto campo de saber tem promovido a objetificação da língua. A gestão linguística vem se constituindo em um modo de funcionamento político de que dada política linguística tem se ocupado, com intuito de encontrar estratégias de ‘sobrevivência’ geopolítica para uma dada língua no “mercado linguístico” (CALVET, 2002). A ideia de “mercado linguístico”, por sua vez, está inserida numa perspectiva da globalização e de uma sociedade de informação ou de conhecimento, em que os povos estão inter-relacionados economicamente.

In a world which is continually shrinking in perceptual size (at least in its more affluent parts), where individuals and nations are increasingly closely economically interrelated, where access to information is critical to economic development and where business is increasingly international, language planning is often inspired by economic considerations. (KAPLAN; BALDAUF, 1997, p. 155).

A mudança de paradigma desde o modo de produção ‘just in time’ ou produção enxuta colocou a comunicação no centro do processo produtivo, visto que o fluxo de informações se sobrepõe

no novo modo de produzir dado que a demanda do mercado regula a linha de produção (MARRAZZI, 2009). Desta concepção, a maneira de trabalhar precisa se adaptar às mudanças do mercado, e a comunicação entra como principal ferramenta para o planejamento da produção. De acordo com Oliveira (2010), a língua é posta como meio de produção o que condiciona seu planejamento e esfera de atuação:

Podemos chamar a nova economia, então, de ‘modo de produção por meio da comunicação’, em que a comunicação é insumo central de produção. Se isso procede, temos então repercussões diretas sobre o lugar das línguas e mais, sobre as próprias línguas: o novo modelo comunicativo condiciona o status e o corpus das línguas. Neste modo de produção os softwares são mais importantes que os hardwares, e os softwares não podem ser feitos exceto em línguas particulares. (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

Outro discurso que dialoga com a perspectiva econômica das línguas é a “teoria orbital das línguas” (CALVET, 2002), que se baseia no princípio de que as línguas são hierarquizadas e determinadas por relações de força econômicas e políticas, sendo que nesse espaço de “mercado linguístico” as línguas são geridas/gestadas de maneira a se sobreporem umas em relação às outras, numa disputa de poder entre as comunidades linguísticas. Por este ângulo, o reposicionamento dos ‘mercados linguísticos’ tem uma correlação direta com a prática e formulação de políticas linguísticas, bem como dos centros de gestão da língua (OLIVEIRA, 2010, p. 25).

Assim, tal política linguística pautada nessa perspectiva mercadológica não leva em conta a vontade dos falantes (SIGNORINI, 2013), mas a vontade do mercado, por mais abstrato que isso possa parecer. De fato, o papel da língua do ponto de vista dos economistas é um produto que segue a tendência da esfera dos

negócios, sendo que a língua é avaliada em termos de benefícios financeiros que pode trazer para uma determinada comunidade ou país:

[...] the relationship between language and trade goes beyond strictly economic considerations, initially perhaps there may be a tendency for business and industry to look at language primarily in terms of its economic value. In economic terms the value of language is not a property of language itself, but an index of its appreciation by relevant community. Thus, language or any other product is not valuable in economic terms in and of itself, but holds a value determined by community, in this case business and industry. (KAPLAN; BALDAUF, 1997, p. 156).

O “processo de mercantilização das línguas” (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 37) explica o crescente interesse econômico pela língua. Tal processo, se caracteriza por investir uma língua em termos de valor de troca, qualificando-a como mercadoria e investimento para mercados futuros. Na versão contemporânea do capitalismo, “os mercados linguísticos estão em sinergia com outros mercados, mais diretamente com os mercados de trabalho e o mercado de capitais”, em que “outros atores, além do Estado” (SIGNORINI, 2013, p. 76) estão envolvidos, por exemplo: empresas, organizações governamentais e não-governamentais, entre outros.

Visto que os planejamentos linguísticos e econômicos estão interligados sob a ótica de uma política linguística voltada para a gestão, além da produção de um dado saber que objetifica a língua, determinadas línguas são mais atrativas do que outras. É o que ocorre com as grandes línguas colonizadoras europeias, que têm se configurado como principal objeto de gestão. A este respeito, Oliveira (2013, p. 65) argumenta que os “modos de gestão das grandes línguas” que procuram ganhar espaço no “mercado linguístico”

correspondem às ideias de anglofonia, francofonia, hispanofonia e lusofonia. Portanto, tal teorização no campo da política linguística exemplifica o governo da língua, visto que a lusofonia, a anglofonia, entre outras, são tomadas como mecanismos de gestão das principais línguas europeias.

## Considerações finais

Após a problematização teórico-política sobre a questão da governamentalidade (FOUCAULT, 2008, 2010) e o dispositivo econômico gerencial (AGAMBEN, 2011, 2014), sugerimos que a ideia da gestão, advinda das teorizações da economia política e da teologia têm implicações em um dado campo de saber da política linguística. Desse modo, observamos que a configuração de um campo de saber na política linguística tem sua formulação teórica na esfera econômica, ou ainda, conforme discutido por Agamben (2011), trata-se de um construto que vem da teologia econômica.

Sob o prisma do dispositivo econômico gerencial, a língua se torna objeto de gestão, e as pessoas que falam a língua são vistas como potenciais econômicos a serem aproveitados, além de recursos naturais, culturais, turísticos. Ou seja, tudo é passível de potencial econômico. Assim, buscamos problematizar que a criação de políticas voltadas para a língua, numa chave do dispositivo governamental econômico, estaria operando numa lógica administrativa e/ou econômico-política.

As abordagens que encaminham as discussões sobre planejamento linguístico discutidas neste artigo estão voltadas para o governo da língua, o que tem operado na objetificação da língua, posta como um recurso e medida em termos de sua eficiência e impacto mercadológico. Neste sentido, prevalece a justificativa de uma política econômica, em que o planejamento linguístico se

torna refém dos princípios econômicos. Uma vez que se trata de uma reflexão inicial, sugerimos que o tema ainda merece uma revisão teórica e crítica.

## Referências

AGAMBEN, G. Da teologia política à teologia econômica. Entrevista por Gianluca Sacco. Tradução de Selvino José Assmann. *Interthesis*, v. 2, n. 2, jul./dez. 2004.

AGAMBEN, G. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo, homo sacer II*. Tradução de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

AGAMBEN, G. *O amigo & O que é dispositivo?* Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2014.

ARAÚJO, C. A. C.; RENTES, A. F. A metodologia kaizen na condução de processos de mudança em sistemas de produção enxuta. *Revista Gestão Industrial*, v. 2, n. 2, 2006.

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 [1958].

BAZZICALUPO, L. A economia como lógica de governo. Tradução de Selvino José Assmann. L'economia come logica di governo. *Spazio filosofico*, 2013, p. 21-29. Disponível em: <http://www.spaziofilosofico.it/wp-content/uploads/2013/01/Bazzicalupo2.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BEHAR, M.; LIMA, N. P. Introdução. In: SMITH, A. *A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas das riquezas das nações*. Tradução de Norberto de Paula Lima. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. p. 7-19.

CALVET, L. J. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola; Florianópolis: IPOL, 2007.

CALVET, L. J. *Lemarché aux langues: Les effets linguistiques de la mondialisation*. Paris: Plon, 2002.

CARVALHO, F. J. C. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 26, n. 50, p. 7-25, 2008.

CURRY, J. The flexibility fetish: a review essay on flexible specialisation. *Capital & Class*, v. 17, n. 2, p. 99-126, 1993.

DAHLET, P. Apagar as divisões, celebrar o consenso: a governança discursiva na era neoliberal. *Todas as Letras*, v. 16, n. 1, p. 125-138, 2014.

FILOZOFICKÁ FAKULTA UNIVERZITY KARLOVY V PRAZE. Language Management. (2013). Disponível em: <http://languagemanagement.ff.cuni.cz/jernudd>. Acesso em: 13 abr. 2017.

FIORI, J. L. Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. *PHYSIS*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 129-147, 1997.

FISHMAN, J. A. Some Contrasts Between Linguistically Homogeneous and Linguistically Heterogeneous Polities. In: FISHMAN, J. A.; FERGUSON, C. A.; DAS GUPTA, J. *Language Problems of Developing Nations*. New York: John Wiley and Sons, 1968. p. 53-68.

FISHMAN, J. A. Nationality-nationalism and nation-nationism. In: FISHMAN, FERGUSON, and Das GUPTA. *Language Planning Processes in Developing Countries*. New York: John Wiley and Sons, 1968. P. 39-51.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em defesa da sociedade* - curso no Collège de France, 1975-1976. 2. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 285-315.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 3. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GERTH, H.H.; MILLS, C. W. Introdução: o homem e sua obra. In: GERTH, H. H.; MILLS, C. W. *Max Weber: ensaios de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p. 15-89.

HAUGEN, E. Language Planning in modern Norway. *Scandinavian Studies*, Dinamarca, v. 33, n. 2, 1961. p. 68-81.

HAUGEN, E. Linguistics and language planning. In: BRIGHT, W (editor). *Sociolinguistics: Proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference*. 2. ed. Mouton, University of California, Los Angeles, 1985 (1966). p. 50-66.

KAPLAN, R. B.; BALDAUF, R. B. Jr. *Language Planning from practice to theory*. England: Multilingual Matters, 1997.

JERNUDD, B. H. Notes on economic analysis for solving language problems. In: RUBIN, J.; JERNUDD, B. H. *Can language be planned? Sociolinguistic Theory and Practice for Developing Nations*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2018 [1971]. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/chapter/2179854>. Acesso em: 20 mar. 2019.

JERNUDD, B. H.; DAS GUPTA, J. Towards a theory of language planning. In: RUBIN, J.; JERNUDD, B. H. *Can language be planned? Sociolinguistic Theory and Practice for Developing Nations*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2018 [1971]. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/chapter/2179854>. Acesso em: 20 mar. 2019.

JERNUDD, B.; NEKVAPIL, J. History of the field: a sketchp. In: SPOLSKY, B. *The Cambridge Handbook of Language Policy*. New York: Cambridge University Press, 2012. p. 16-36.

JOHNSON, D. C.; RICENTO, T. Conceptual and theoretical perspectives in language planning and policy: situating the ethnography of language policy. *International journal of the Sociology of Language*. 2013, p. 7 – 20.

KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Saraiva, 2014.

KUZNETS, S. *Modern Economic Growth: Rate, Structure, and Spread*. New Haven and London: Yale University Press, 1966.

LIDDEL, H. G.; SCOTT, R. *An Intermediate Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1889. In: Perseus Digital Library. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0058%3Aentry%3Ddoi%2Fkonomi%2Fa>. Acesso em: 18 fev. 2017.

MAKONI, S. *et al.* Colonial and post-colonial language policies in Africa: historical and emerging landscapes. In: SPOLSKY, B. *The Cambridge Handbook of Language Policy*. New York: Cambridge University Press, 2012. p. 523-543.

MARAZI, C. *O lugar das meias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

NEKVAPIL, J. From language planning to language management: J. V. Neustupný's heritage. *Media an Communication Studies*, 63, Hokkaido University, 2012, p. 5-31.

NEUSTUPNÝ, J. V.; NEKVAPIL, J. Language Management in the Czech Republic. *Current Issues in language planning*. v. 4, n. 3-4, 2003, p. 181- 366.

OLIVEIRA, G.M. O lugar das línguas: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. *Synergies Brésil* n. 1, 2010, p. 21-3.

OLIVEIRA, G. M. Um atlântico ampliado. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 53-73.

PINTO, G. A. O Toyotismo e a mercantilização do trabalho na indústria automotiva do Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 535-552, 2012.

SAYER, A. New developments in manufacturing: the just-in-time system. *Capital & Class*, Londres, n. 30, p. 43-72, 1986.

SEVERO, C. G. A diversidade linguística como questão de governo. *Calidoscópico (UNISINOS)*, v. 1, p. 107-115, 2013.

SIGNORINI, I. Política, língua portuguesa e globalização. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 101-119.

SMITH, A. *A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas das riquezas das nações*. Tradução de Norberto de Paula Lima. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SPOLSKY, B. Language Policy. In: COHEN, J. *et al.* (org.). *ISB4: Proceedings of the 4<sup>th</sup> International Symposium on Bilingualism*. Somerville, MA: Cascadilla Press, 2005.

SPOLSKY, B. *Language management*. Cambridge University Press, 2009.

SPOLSKY, B. What is Language Policy? In: SPOLSKY, B. (org.). *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 3-15.

SPOLSKY, B. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. Tradução de Paloma Petry. Revisão Pedro M. Garcez. *ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016.

TAYLOR, F. W. Princípios de administração científica. 8. ed. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 1990.

WATANABE, B. Toyotismo: Um Novo Padrão Mundial de Produção? *Revista dos Metalúrgicos*, São Paulo, dez. 1993, CUT/CNM.

ZOPPI-FONTANA, M. *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009.

## Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no desenvolvimento deste trabalho, através da concessão de bolsa de pesquisa.

## Como citar

LEVISKI, Charlott Eloize. O governo da língua: implicações do conceito de gestão na política linguística. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 294-331, 2018.

---

Recebido em 13/01/2019 e aceito em 10/03/2019